



# Recuperação de Fluxo de Caixa e Blindagem do DP

Guia Definitivo de Reembolso do Salário-Maternidade  
(DCTFWeb & PER/DCOMP)

Foco: Micro e Pequenas Empresas (Simples Nacional)



Parametrização  
Exata

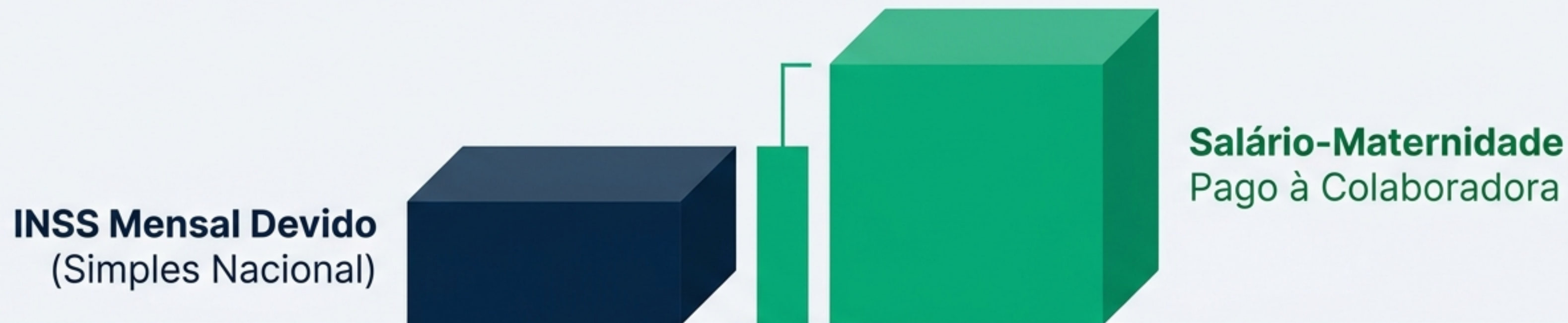


Matemática  
do Crédito




Retaguarda  
Jurídica

# A Regra de Ouro da DCTFWeb



**O Excesso**  
(Saldo Credor Gerado)

  
**Abater na guia de INSS do mês seguinte**

  
**Pedido de Reembolso**

**✗ Via Bloqueada:** Proibido pela IN RFB nº 2.055/2021 (Art. 76, XV). Gera infração fiscal e glosa.

**✓ A Regra de Ouro:** Única via legal disponível. Exige pedido individualizado via portal PER/DCOMP Web.

# Matriz de Configuração no e-Contab

Ação no e-Contab	Parâmetros Exigidos	Reflexo e Impacto no eSocial
Lançamento do Afastamento	Motivo eSocial 17   Cód. Movimentação Q1 (120 dias)	Alimenta evento S-2230 (Início da licença previdenciária)
Configuração e021 (Salário Maternidade Mensal)	Natureza 4050   Incidência INSS 21	Garante isenção patronal correta. (Based on eSocial Table 18, Motivo 17)
Configuração e082 (13º Ref. Maternidade)	Natureza 4051   Incidência INSS 22	Totalização correta para cálculos de rescisão/encerramento anual.



A parametrização exata na raiz da folha é o que garante a importação automática e perfeita de 100% do seu crédito pela DCTFWeb.

# A Matemática do Crédito Retido

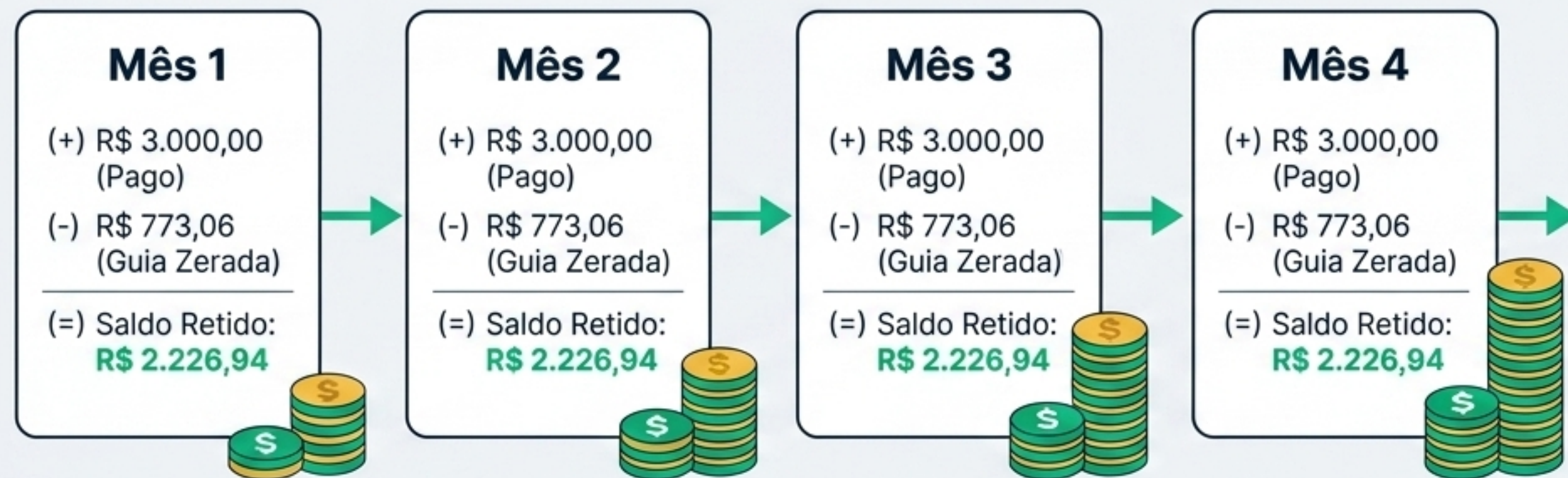
**Fórmula:**

**Crédito Reembolsável = Salário-Maternidade Pago - Dedução na DCTFWeb**

## Cenário Base:

Remuneração gestante: R\$ 3.000,00

INSS devido da empresa: R\$ 773,06



**Total Acumulado em 120 dias**  
**R\$ 8.907,76**

Dinheiro retido no sistema que pertence ao fluxo de caixa da empresa.

# Roteiro Prático do PER/DCOMP Web



# Gestão de Prazos e Retaguarda Jurídica

## A Gestão de Prazos Legais

### Prazo Decadencial: 5 Anos

Ameaça à Empresa: Se o reembolso não for solicitado no portal via PER/DCOMP em até 5 anos, o dinheiro é perdido para sempre (prescrição).



### Prazo de Análise RFB: 360 Dias

Dever do Governo: A Lei nº 11.457/2007 obriga a Receita Federal a analisar e despachar o pedido administrativo neste prazo máximo.

## A Blindagem Jurídica



### Plano de Ação: Omissão da Receita

O que fazer se o pedido passar de 360 dias travado em status 'Em Análise'?

#### Ação Tática

Direito líquido e certo de impetrar um Mandado de Segurança por Omissão Administrativa.

#### Resultado

Liminares judiciais forçam a quebra da fila, obrigando a Receita a analisar o pedido e liberar rapidamente o fluxo de caixa retido sob pena de multa diária.